

A Semana

O “showmício” de Moro

Enquanto persegue o ex-presidente Lula por supostamente ter recebido propinas mascaradas como pagamento por apresentações a grupos empresariais, o juiz Sergio Moro curte sua fama com... palestras. Na quarta-feira 21, o magistrado responsável pela Lava Jato foi recebido como popstar no Teatro Feevale, em Novo Hamburgo (RS), local acostumado a receber shows de cantores sertanejos. Com ingressos entre 60 e 90 reais (este é o preço para apreciar o “ídolo” mais de perto), todas as 1,8 mil cadeiras do teatro foram ocupadas. Os organizadores não informaram se Moro recebeu cachê pela apresentação.



Lava Jato/ O império do arbítrio

A espetacular prisão de Mantega expõe, outra vez, os vícios da operação

A prisão do ex-ministro Guido Mantega, na quinta-feira 22, revogada horas depois pelo juiz federal Sergio Moro, voltou a suscitar um acalorado debate jurídico sobre os excessos e irregularidades da força-tarefa da Lava Jato. Acusado de solicitar ao empresário Eike Batista o repasse de 5 milhões de reais ao PT para pagar dívidas de campanha, em 2012, Mantega foi retirado por agentes da Polícia Federal do Hospital Albert Einstein, enquanto sua esposa passava por uma cirurgia.

Não é apenas o inoportuno momento em que o mandado foi cumprido a causar assombro. Segundo Geraldo Prado, professor de Direito Processual Penal da UFRJ, a prisão temporária só se justifica quando há um comportamento concreto e efetivo do suspeito para atrapalhar as investigações, o que não é apontado por Moro em seu despacho. “No máximo, há uma especulação de que isso poderia acontecer, com eventual falsificação de documentos. É inaceitável. O processo penal brasileiro ainda é regido pela presunção da inocência.”

De fato, ao analisar os fundamentos do “risco à investigação e à instrução”, o juiz aborda a questão de forma genérica: “Os crimes foram praticados através de estratégias sofisticadas, com uso de contas secretas no exterior e a produção de documentos falsos, inclusi-

ve contratos de prestação de serviços simulados ou superfaturados. A falsificação de documentos para acobertar crimes coloca em risco a integridade da instrução e da investigação, havendo risco da produção de novos documentos falsos para conferir suporte a contratos simulados ou superfaturados”. É tudo.

Prado observa ainda que a prisão deve, necessariamente, colocar um ponto final no comportamento daquele que impede a polícia de investigar. “A decisão de Moro é datada de 16 de agosto de 2016, portanto, há mais de um mês. Se houvesse alguma ação impeditiva daquela investigação, ela teria sido executada naquela oportunidade.”

Ao justificar a revogação da prisão, em um despacho de apenas duas páginas, Moro afirma que, após as diligências para a coleta de provas, a medida tornou-se desnecessária.

Na avaliação de Wálter Fanganiello Maierovitch, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e colunista de *CartaCapital*, desde a sua decretação a medida era dispensável. “O ex-ministro é acusado de fatos que remontam a 2012. Depois disso, nenhum outro ilícito foi atribuído a ele. Mantega é professor, tem domicílio certo, nunca se furtou a prestar esclarecimentos à Justiça. Além de desnecessária, a prisão dele foi exagerada e desproporcional”.

DAVI RIBEIRO, MARCOS BEZERRA/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO E FEDERICO PARRA/AFP



28.9.16

Síria/ De volta ao inferno

Mais uma trégua fracassa e rebeldes são forçados a recuar em Aleppo

A trégua negociada na Síria entre Estados Unidos e Rússia em 9 de setembro desmoronou após pouco mais de uma semana. Manteve-se razoavelmente até a quinta 15, apesar de violações pontuais, e foi prorrogada. No sábado 17, porém, o Exército sírio foi bombardeado por mais de uma hora por quatro aviões dos EUA, perto de Deir ez-Zor. Foram mortos 90 soldados de uma de suas unidades, atacada minutos depois por forças do Estado Islâmico. Os EUA

dizem ter sido um equívoco, mas Bashar al-Assad insiste que a operação foi proposital.

Na segunda-feira 19, a Rússia, por sua vez, foi acusada de bombardear um comboio de 18 caminhões de ajuda humanitária para o setor rebelde de Aleppo. Moscou e Damasco negam, porém, a responsabilidade pelo ataque, que fez a ONU suspender suas operações no país. A trégua acabou para todos os efeitos. Com apoio russo, o Exército sírio retomou a ofensiva na cidade e voltou a ocupar mais setores da cidade.

O retorno do filho pródigo

Em 15 de dezembro de 2005, dois dias após o governo Lula no Brasil anunciar a quitação da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deixada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o governo Néstor Kirchner deu o mesmo passo e anunciou o pagamento dos 9,8 bilhões de dólares da dívida remanescente para recuperar a soberania sobre suas decisões financeiras. Na terça-feira 20, o FMI retornou à Argentina a convite de Mauricio Macri. A missão chefiada pelo economista Roberto Cardarelli trata, para começar, de revisar as contas do PIB e a inflação. Reuniu-se em primeiro lugar com a União Industrial Argentina (sindicato patronal) para depois ouvir a equipe econômica, e deve permanecer até a quarta 28.

Ataque a comboio foi a gota d'água



Venezuela/ UM COPO MEIO VAZIO

CNE DÁ SINAL VERDE AO REFERENDO EM CONDIÇÕES INSATISFATÓRIAS PARA A OPOSIÇÃO

Na quarta-feira 21, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela declarou cumpridos os requisitos para a próxima fase do processo de convocação do referendo revocatório do mandato de Nicolás Maduro e autorizou a oposição a recolher as assinaturas de 20% dos 19,57 milhões de eleitores de 26 a 28 de outubro. O CNE terá um prazo de um

mês para auditá-la e 90 dias para convocar a consulta se a meta for alcançada, ou até 26 de fevereiro.

O órgão descartou realizá-la ainda em 2016 e aponta para "meados do primeiro trimestre". A Constituição só prevê nova eleição se o referendo acontecer nos quatro primeiros anos do mandato iniciado com a posse de Hugo Chávez

em 2013, prazo que acaba em 10 de janeiro. Isso significa que mesmo que a oposição vença o plebiscito – o que exige 7,6 milhões de votos –, Maduro será substituído por seu vice e o chavismo permanecerá no poder até janeiro de 2019.

A oposição protesta contra essas condições e deve iniciar mais uma série de protestos.

O chavismo fica até 2019, mesmo que Maduro perca

